



XXVIII REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 2 de Julho 2024

HORA: 10h00

LOCAL: Reunião decorreu em formato híbrido (presencial na Sede da AMA e à distância usando a plataforma Microsoft Teams)

[PARTICIPANTES](#)



Presencial

Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

- Beatriz Silva
- Jorge Lagarto
- Patrícia Paralta

Autoridade Tributária (AT)

- Carlos Guímaro

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

- Sérgio Pratas

Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC)

- Luís Vidigal

APDSI - Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

- Helena Monteiro

Online

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

- Aristides Carvalho

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

- Juliana Ferraz

Provedor de Justiça (PJ)

- João Tornada

Transparência Internacional Portugal

- Jorge Máximo



AGENDA

09:50 | Recepção dos participantes

10:00 | Abertura

10:10 | III Plano de Ação Nacional

- Ponto de situação dos compromissos referentes ao III Plano de Ação Nacional de Administração Aberta

Compromisso #1 | Divulgação e capacitação sobre os portais transversais promotores da Administração Aberta

Compromisso #4 | Disponibilização de Benefícios Fiscais no Portal Mais Transparência

11:00 | Estatutos e Alargamento da RNAA

- Calendarização de atividades para a revisão dos estatutos e alargamento da RNAA

11:50 | Outros assuntos & Encerramento

INTERVENÇÕES

1. Abertura

Jorge Lagarto, dá início à reunião com uma ronda de apresentação de todos os participantes, apresenta a agenda da reunião, dando nota que a SGPCM não pôde comparecer na reunião e por esse não será apresentado o ponto de situação do compromisso 6.

2. III Plano de Ação Nacional

Jorge Lagarto, começa com a apresentação do compromisso 1 que se foca em promover ações de sensibilização e capacitação dos portais da AMA, como ponto da situação destacou que foram realizadas duas das quatro ações relativas ao portal dados.gov, autenticação e chave móvel digital e uma das quatro ações do Mosaico, sobre o participa.gov e a iap não foram realizadas ainda ações. Destacou a necessidade de rever a forma como as ações de capacitação são realizadas, existindo a possibilidade de promover uma abertura das mesmas a um público mais alargado da administração pública e da sociedade civil, uma vez que o compromisso se estende até 2027. Acrescenta que o alargamento do âmbito será também avaliado consoante as recomendações que se espera do Independent Reporting Mechanism (IRM) que será divulgado em breve.

Avança para a apresentação do ponto de situação do compromisso 4 da responsabilidade da AT, em colaboração com a AMA, refere que foi realizada uma primeira reunião de alinhamento, e que a informação em questão já é pública no site da AT, porém não está disponibilizada de forma compatível de ser publicada no portal mais transparência, uma vez que esses dados devem tramitar através da plataforma dados.gov. Apresentou o modo de funcionamento do portal mais transparência e de que forma é trabalhada com a entidade a disponibilização dos dados. Acrescenta que está a ser definido e validado o modelo de disponibilização dos dados juntamente com a AT, para o cumprimento das metas indicadas, e igualmente pensar como pode o compromisso evoluir para a disponibilização de mais informação.

Sérgio Pratas, interveio para destacar a diferença que existe entre transparência e reutilização da informação. A transparência visa o escrutínio da atividade administrativa. A divulgação ativa de informação associada à transparência deve ser assegurada, em primeira linha, pelas entidades públicas que detêm a informação (cumprindo nessa matéria o disposto na LADA). O Portal Mais transparência não pode ser um repositório de tudo o que existe nas entidades públicas. Deve, isso sim, disponibilizar informação agregada e integrada, em novos produtos (por exemplo, informação sobre contratação pública).

Juliana Coutinho, reitera o que foi mencionado, dando destaque ao tópico da formação e sensibilização para os trabalhadores da administração pública. Ressalva a importância de manter a informação atualizada, mas também clara.

Luís Vidigal, destaca que ambas podem funcionar em simultâneo, destaca o problema de base que os dados não são reais, são dados escrutinados. Salienta que a transparência não é definida pelo estado, tem de ser definida pela sociedade civil, porque é a ela que em primeira mão beneficia, defende que existe espaço para o Portal mais transparência se ele for a imagem do que a sociedade civil procura, onde por exemplo pode existir o cruzamento de dados de diferentes entidades. Ressalva ainda que o portal mais transparência não pode ser a réplica do dados.gov.

Jorge Máximo, comenta que muita informação gera desinformação, no entanto afirma que o não se pode olhar o portal da transparência como uma iniciativa privativa do Estado atual, ressalvando que é necessário avaliar as próximas evoluções no âmbito até da implementação de estratégia nacional anticorrupção contra a corrupção e de políticas de desenvolvimento. Reflete sobre a dispersão de informação e destaca a necessidade de existir uma visão integrada e consolidada. Destaca que o portal mais transparência tem um papel mais abrangente e que caso seja necessária informação mais granular essa pode ser encontrada nos sites das entidades

Juliana Coutinho, intervém de novo salientando a necessidade de identificar o perfil do cidadão, uma vez que ele pode não estar desperto para as questões da transparência e destaca a necessidade de ter um sistema que efetivamente em concreto, sirva o valor da transparência.

Sérgio Pratas, esclarece que concorda que faz sentido o portal mais transparência, no entanto não deve ser simplesmente o agregador de toda a informação que está disponível, deverá entregar um produto diferente, inovador e que, de facto, acrescente valor relativamente àquilo que já existe, concordando com as intervenções.

Jorge Lagarto, expressa a abertura para discutir o assunto e evoluir as diferentes plataformas da AP, de modo a cumprir também os objetivos de administração aberta. Destacou que o objetivo inicial do portal foi recolher informação e ter conteúdos no portal, e atualmente procura encontrar as temáticas e segmentar e disponibilizar a informação que traga valor, conseguindo fazê-lo através da discussão com os parceiros e definição da visão de futuro. Coloca o desafio de se começar a pensar como a rede pode começar a pensar em desafios para cativar o cidadão



que não tem interesse pela transparência e contribuir para uma cidadania mais ativa. Remarca com a possibilidade de retomar a discussão sobre o portal com os membros da RNAA e na construção da proposta de valor.

3. Estatutos e alargamento da Rede

Jorge Lagarto, prossegue para o segundo ponto da agenda com a apresentação dos princípios que levam a AMA a refletir sobre a revisão e os estatutos da Rede e a apresentação do planeamento, concretamente a perspectiva da AMA para a organização de reuniões bilaterais, para a auscultação dos membros da RNAA e revisão dos contributos e desenho da proposta de revisão.

Luís Vidigal, colocou em consideração o trabalho que tinha sido anteriormente realizado pela PASC e a TI Portugal, foi esclarecido que essa proposta não tinha sido aceite pela tutela.

Jorge Lagarto, reforçou a importância de auscultar todos os membros da RNAA para a alteração dos estatutos e perceber o ponto de partida e enquadrar ao novo contexto atual, reforçando que o trabalho já realizado será tido em conta na fase de análise dos estatutos. Destaca que é necessário ter em conta a entrada de dois membros para a OGP Local, concretamente a CM de Valongo e Lisboa e perceber que tipo de sinergias podem ser criadas entre a estrutura nacional e local.

Sérgio Pratas, salienta que é necessário definir qual é a necessidade e os objetivos da revisão dos estatutos. Recorda que os objetivos que tinham sido anteriormente definidos era melhorar o modelo de funcionamento da rede e demonstra concordância em visitar o trabalho que já foi realizado. Realiza uma reflexão sobre os critérios que é necessário ter para o alargamento da rede, defende que um dos primeiros critérios deverá ser a abrangência, trazer para a rede organizações e entidades que representem toda a administração pública, refere que como está a ANMP deverá estar a ANAFRE que representa mais de 3000 entidades, relativamente às entidades da sociedade civil, exemplifica a Confederação Portuguesa da Economia Social que representa 70000 entidades e a Confederação de organizações de proteção do ambiente, para quem estas questões de transparência são essenciais.

Jorge Lagarto, acrescenta que está análise também terá o intuito de rever qual é o mandato da rede, a nível de formalização dos estatutos que está diretamente ligado com a possibilidade de responsabilizar ou não as entidades pelo não cumprimento dos compromissos.

Carlos Guimaro, relembra que um dos temas que tinha sido apontado anteriormente era a questão da AMA poder usufruir de uma diferenciação estatutária relativamente aos restantes membros. A questão foi esclarecida no sentido de informar que a AMA assume o papel de entidade coordenadora e ponto focal com a OGP internacional e assume o pagamento da contribuição anual, no entanto não tem mais direitos de votação ou estatuto especial em relação aos restantes membros.

Jorge Lagarto, demonstra abertura para se rever essa posição, nomeadamente sobre o modelo de governo e poderá ser um ponto de debate na revisão dos estatutos.

Luís Vidigal, aponta para o facto de existirem duas tipologias de entidades da sociedade civil, as com um largo espectro mais alargado e as verticais (mais específicas), é necessário garantir a independência.

Jorge Lagarto, reforça que a entrada de novos membros será um tópico para os próximos meses, avança três possibilidades de entrada (1) as entidades pró ativamente propõem a entrada na rede e a rede define um conjunto de critérios, (2) as entidades propõe e na rede define-se quem entra (mais subjetivo ou (3) uma pull de entidades que convidados a pertencer à rede. Reforça ambiciona um impacto societal mais elevado, e que a refere que é necessário ser mais exigente com o Plano e com os compromissos.

Luís Vidigal, salienta que atualmente a RNAA não funciona enquanto rede, mas enquanto estrela da AMA a ir ao encontro dos membros. Saliente que é necessário manter o objetivo de co-criação de políticas públicas.

Carlos Guimaro, refere que existe um alinhamento entre a coordenação da rede como está atualmente e com a perspectiva de alargamento da rede.

Jorge Máximo, dá nota da dificuldade que existe na AP sobre a passagem da teoria à prática e a dificuldade de entregar resultados na prática. Refere que é necessário definir o papel que a rede na definição dos objetivos, resultados, e da entrega dos resultados. Reforça necessidade de um compromisso político, verbas, mandato e políticas, avaliadas de forma independente. Mas tudo partirá de como o governo definir a visão e da forma como vão ser definidos os objetivos a 3, 5 10 anos.

Sérgio Pratas deu nota que não subscreve algumas das considerações feitas sobre o atual Plano. O processo da sua criação foi atribulado e isso teve impacto. Mas foi assumido o compromisso de o rever, logo que possível. Sendo que em matéria de implementação da LADA são dados passos muito importantes – quer com a avaliação, quer com a campanha de divulgação do regime de acesso.

Acrescentou que é fundamental clarificar o papel da RNAA no desenho e implementação de uma verdadeira política pública de Administração Aberta; e haver um verdadeiro compromisso neste âmbito por parte do Governo.

Jorge Lagarto, salienta que a revisão do plano é uma questão também a ser avaliada até ao final do ano. Reforça que a dificuldade do financiamento se reflete em outros programas. Acrescenta que é importante o caminho que vai ser feito nos próximos meses, porque ele irá informar a decisão e o compromisso político.



Patricia Paralta, apresenta a proposta de calendário partilhado que tramita no padlet, exemplificando como se insere eventos, incentivou os membros a registar as reuniões da rede, as reuniões bilaterais ou outros eventos relevantes, a solução permite não só indicar as reuniões, mas também partilhar documentos.

4. **Outros assuntos & Encerramento**

Sérgio Pratas, aproveita para ressaltar a importância da rede na criação de ligações e contactos que beneficiam a AP, concretamente a CADA.

Jorge Lagarto, agradeceu a presença dos membros presentes na reunião, a rede decidiu realizar a próxima reunião no dia 1 de outubro.